



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
Dia 22 de Fevereiro de 2018 – Res. 72/2017

C.M.R.P.
Res. 72/17
Fl. 10
Pub. 17

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2018, às 16:30 h. no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da **Comissão Especial de Estudos Para Analisar a Situação dos Imóveis Doados pela Prefeitura Municipal às Diversas Instituições em nosso Município**, nos termos da Resolução nº 72/2017. Integram esta CEE, o Vereador Jorge Parada (PT) – Presidente e os Vereadores André Trindade (DEM), Gláucia Berenice (PSDB) e Jean Corauci (PDT) - Membros. O Vereador Jorge Parada inicia os trabalhos, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, em especial dos vereadores André Trindade, Jean Corauci e Gláucia Berenice, membros desta CEE aqui presentes e diz que o objetivo dessa reunião é ouvir o depoimento do Secretário do Planejamento, Dr. Edson Ortega a quem agradece pela presença e o convida para compor a mesa dos trabalhos. Está presente também, Eduardo Almeida, diretor do departamento sócio econômico. Em seguida o presidente da CEE, vereador Jorge Parada, faz uma breve justificativa sobre o motivo da constituição dessa CEE, manifestando que temos nos deparado com situações em que áreas foram doadas para diversas entidades e não se viu a execução do que estava planejado no projeto de doação de área. Isso nos preocupa muito porque apareceram casos, como a doação de uma área nobre da cidade para um clube de carros antigos e passado o tempo, nada aconteceu daquilo que estava previsto no contrato. E se existem casos como esse, deve existir outros. Queremos saber qual o controle que a Prefeitura tem em relação a essas áreas e se beneficiados estão cumprindo com suas partes. Por isso que fizemos essa Comissão de Estudos e entramos em contato há algum tempo com a Secretaria do Planejamento, mas a justificativa foi de que estavam fazendo um levantamento desses terrenos para dar uma posição. Em seguida, passou a palavra aos membros da CEE, para suas considerações iniciais e o primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador André Trindade que inicialmente cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a presença dos convidados, Dr. Eduardo Almeida e Dr. Edson Ortega. Disse o Vereador André Trindade que quando foi convidado para fazer parte dessa Comissão, se interessou muito, porque pela minha caminhada pela cidade, vemos que tem concessões que foram feitas e com o passar do tempo, as coisas vão se modificando e por vezes perdem a finalidade e para o desenvolvimento da cidade, temos entidades que pleiteiam áreas que talvez novas entidade estariam tendo melhor destinação. Precisamos saber o que foi concedido no passado, como funciona no presente e o que será o futuro. Sabemos que hoje existem organizações que tem papel importante no desenvolvimento da cidade. Em seguida, passou a palavra para a vereadora Gláucia Berenice, que também cumprimentou a todos e agradeceu a presença dos convidados. Disse que julga de grande importância esse diálogo e sei que esse levantamento já está sendo feito com muita eficiência e que aguarda os esclarecimentos dos convidados. Falou também o vereador Jean Corauci, agradece a presença dos convidados e cumprimenta todos os presentes e disse que essa Comissão é muito importante, porque quando a Prefeitura doa um imóvel, somos nós que estamos doando. Precisamos saber como isso está sendo feito e se está sendo cumprido o acordo original e se o beneficiário está fazendo sua contra partida. Vemos que a Prefeitura às vezes aluga imóveis para seu uso e acaba fazendo doação de imóveis



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

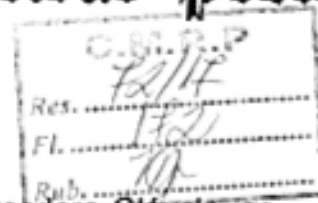
Rec.	22/H
Fl.	15
Rub.	10

próprios para terceiros. O Vereador Jorge Parada, presidente dessa CEE, agradece a manifestação dos vereadores membros da Comissão e na sequência, passou a palavra para o Secretário do Planejamento, Dr. Edson Ortega, que agradeceu o convite para esclarecer os pontos necessários. Disse inicialmente, que o Prefeito, logo no início do seu governo, criou uma comissão de patrimônio imobiliários da cidade. E fez isso porque na transição do governo, se avaliou que a gestão do patrimônio imobiliário estava completamente desarticulada e essa comissão se incumbiu de reestruturar sua organização, tanto nos imóveis de caráter institucional, como patrimonial. Esse trabalho vem sendo feito, inclusive com os imóveis que foram concedidos. Foi feita uma auditoria em todos eles e os 258 foram visitados, fotografados, checando quem estava ocupando e já temos uma síntese que vou compartilhar com essa CEE e as providências decorrentes das informações que já foram obtidas. Das 258 áreas que tiveram autorização para serem concedidas, 170 estão em conformidade com a autorização e com o instrumento que concedeu o imóvel, 88 não estão em conformidade com a lei autorizativa e no ato de concessão e desses 88, 43 já temos a recomendação de que a doação será revogada. E por diversos motivos. Algumas porque a lei atual já não permite mais a concessão que no passado autorizava, outras é o não cumprimento ou a inexistência da entidade. Estamos aguardando o parecer do Jurídico, para em seguida, submeter à Casa Civil para promover o ato de revogação definitiva. Existem 12 áreas em que o processo não foi localizado. Nesses casos, vamos montar um processo e analisar os detalhes para ver se é o caso de revogação. Em todos os casos a entidade será convocada para terem a oportunidade de se manifestarem. Nós não vamos passar nesse momento a lista das entidade, para não expô-las indevidamente. Assim que for saneado, compartilharemos com essa CEE. Tem outras cinco que o processo estava em outra área e estamos requisitando e outras 28 estão tramitando. Das 170 áreas concedidas que a evidência dada pelo grupo de fiscalização estão em conformidade com a Lei, todos estão sendo notificados para comprovar a contrapartida. A fiscalização num primeiro momento era para saber se a área está sendo utilizada para a finalidade que foi determinada. Agora chega na fase de ver se tinha reciprocidade e se isso está sendo cumprido. Temos aqui um resumo, que passarei para a vocês e estou aqui à disposição para esclarecer o que for necessário. Em seguida, o Vereador Jorge Parada, Presidente dessa Comissão, agradeceu ao Secretário Edson Ortega pelo estudo que está sendo realizado e disse que a talvez a nossa comissão tenha ajudado no sentido de agilizar o controle desse áreas que é a obrigação do Poder Público e a Câmara tem um papel de fiscalizar. Em seguida, o Vereador André Trindade, disse é bem clara a quantidade numérica das concessões e desde já nos colocamos a disposição para alguma diligência que a Comissão possa contribuir, uma vez que os vereadores representam diversos segmentos e conhecem a comunidade, podendo contribuir com informações da idoneidade do trabalho dessas entidades. Como disse o Dr. Ortega, em seu diagnóstico, há entidades que teve a concessão e que às vezes, nem existe mais, ao passo que várias entidades que atuam junto a população, não tem sua sede. Os campos de futebol que estão bem cuidados, são aqueles que a população do bairro cuida. O diagnóstico trazido aqui pelo Sr. Secretário é perfeito e mais uma vez, nos colocamos a disposição para contribuir. Em seguida, a vereadora Gláucia, disse que temos uma questão polêmica, que são quadras de esportes que foram cedidas para Escolas de Samba. Algumas são bem usadas, mas outras, são depósito de carros e alegorias usados no carnaval e ficam o ano



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



todo fechado sem poder ser utilizado pela população. Pergunta a vereadora Gláucia, se essa situação está sendo estudada. Em resposta, o Sr. Ortega diz que a quadra tem que ser usada pela comunidade e não servir de depósito. Foi muito importante esta informação e vamos sugerir que a fiscalização confira essa questão. Em seguida, o Vereador Jean Corauci disse que a partir de agora, com esses números que foram trazidos, podemos verificar caso a caso e tentar ajudar a administração e cobrar o que está sendo feito e temos visto que pela primeira vez, a Prefeitura está tendo carinho com os bens públicos. Em seguida, o Dr. Ortega disse que o vereador Corauci fez uma colocação importante de como a administração pública lida diferentemente das áreas institucionais e áreas patrimoniais. E nos surpreendeu no uso de áreas patrimoniais porque ela não pode ser usada como área institucional. Porque você dilapida patrimônio público, porque ele tem uma destinação específica. Se tivesse ausência de áreas institucionais, se justificaria. Mas, Ribeirão Preto tem uma infinidade de áreas, que precisam ser estudadas seu melhor uso, pois, são inúmeras áreas, mas temos que usar melhor esse patrimônio, que tem um custo enorme e a Prefeitura não tem condições de cuidar e por lado, a Prefeitura não tem recursos para construir o que precisa. Vamos trazer pra cá o resultado desse trabalho das áreas patrimoniais. Disse o Presidente da CEE, vereador Jorge Parada, que ficou surpreso com o trabalho apresentado pelo Dr. Edson Ortega porque não sabíamos que existia um acompanhamento das concessões real de uso, porque isso é um diferencial em termos administrativos e uma preocupação que deveria ser uma obrigação do município em relação a essas áreas. Em boa hora fizemos essa comissão para ajudar a administração, como representantes do povo, com relação a alguma entidade que possa merecer nossa ajuda. Podemos ver quem deve receber e quem deve devolver. Esse é um trabalho em andamento e esperamos receber o estudo completo com a destinação final das entidades que realmente necessitam e se são bem utilizados, Sugiro que a Comissão aguarde o trabalho da Comissão e que vocês possam nos trazer. Pergunta o Vereador Jorge Parada, se os 12 casos que o Secretário mencionou, de casos que não existem processos e o Sr. Secretário disse que a concessão existe, tem a Lei e tem o ato de concessão, mas não se localizou o processo, que será restaurado para ser feita a verificação. O Senhor Secretário, disse que pretende, no prazo máximo de 30 dias, dar notícias a esta Comissão, em relação a essas 43 áreas concedidas, que a fiscalização e a área técnica entendem que devem ser revogadas e traremos a lista das entidades e a razão das revogações. O vereador André, disse que gostaria de mencionar o trabalho que o Dr. Ortega está fazendo em Ribeirão Preto e dar o testemunho do bom desempenho que está tendo. Esta comissão e essa Casa também está à disposição em relação a aprovação de leis para ajudar no for necessário. O vereador Jorge Parada, pergunta com relação a doação de áreas ao SESI, para a construção de escolas no Planalto Verde, no Castelo Branco e talvez em outros bairros, porque essa é uma questão recorrente aqui nessa Casa o que existe de estudo e encaminhamento. O Dr. Ortega diz que duas escolas do Sesi estão voltando para a Prefeitura e de acordo com a Secretaria da Educação, isso vai ajudar muito a suprir as demandas por vagas no município, mas outras áreas, eu não tenho as informações completas para passar, mas me comprometo em levantar essas informações e passar para essa Casa. Disse o vereador Jorge Parada, que gostaria que fosse acrescentado ao estudo, em relação as áreas doadas ao SESI, porque tem um grande impacto na questão educacional do município e essa questão já foi motivo de debates nessa Casa, quando



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Res.	72/117
Fl.	143
Sub.	117

da votação do projeto de doação da área ao SESI. Disse o vereador Jean Corauct que com referência ao Sesi do Planalto Verde, fui informado que até o final do ano passado estariam retomando as obras, mas não retomou. Pelo contrato original assinado com a prefeitura, essa obra deveria ter terminado há muitos anos e com relação as áreas que estão retomando para a prefeitura um deles é o 301 que fica na rua João Clapp, na Vila Tamandaré, outro é o da Lapa e o da Vila Mariana. São as três escolas do SESI que iriam fechar. Mas a principal questão é a área do Planalto Verde que foi doada e o Sesi já estava pedindo outra área na Avenida Thomaz Alberto Whately para ampliar a escola que existe lá, para poder fechar outras escolas, mas com relação ao contrato assinado com a Prefeitura, eles não cumpriram. Em seguida, o vereador Jorge Parada, diz que essa questão do SESI já foi colocada ao Sr. Secretário, para que ele dê uma atenção especial em seus estudos. Por fim, o Presidente da CEE, vereador Jorge Parada, enaltece o trabalho até aqui desenvolvido e se diz mais uma vez, surpreso. Agradece a presença do Dr. Edson Ortega e do Sr. Eduardo Almeida e diz que a comissão vai acompanhar esse trabalho e aguardará as informações que serão trazidas, para que possamos nos reunir e fazer nossas considerações e nossas sugestões. Agradecendo a todos os presentes, o presidente encerra a presente reunião. A íntegra dessa reunião foi gravada em mídia áudio visual e encontra-se anexada, fazendo parte integrante dessa ata. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 17:20 horas, da qual para constar, eu Emir Aparecida Martins Paulino *Paulino* servidora desta CMRP, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente desta CEE.


VEREADOR JORGE PARADA
PRESIDENTE DA CEE